



Instalação de placa de energia solar na Aldeia Piyulaga, no Parque Indígena do Xingu (MT) Todd Southgate

Comunidades na Amazônia trocam diesel por energia solar

Projetos com fontes renováveis, porém, esbarram em acesso e falta de apoio

Ana Carolina Amaral

MANAUS Em todo o país, menos de 1% da população não é atendida pelas distribuidoras de energia elétrica. São cerca de 500 mil famílias, e 70% delas estão na Amazônia, segundo dados do Ministério de Minas e Energia (MME).

A energia solar é a maior aposta das comunidades indígenas, ribeirinhas e extrativistas da Amazônia, mas projetos de microcentrais hidrelétricas e eólicas também têm sido testados por ONGs que atuam na região.

Embora a região distribua energia para o país através de megasusinas hidrelétricas, a população local na maior parte do território amazônico — com exceção das capitais — depende de termelétricas a diesel, fonte mais cara e mais poluente na matriz elétrica brasileira.

Diesel, velas e lamparinas são usados por cerca de 30 mil famílias sem acesso à energia elétrica em áreas protegidas de uso sustentável administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Desde 2017, uma dessas áreas passou a ser atendida pela distribuidora Celpa, com a instalação de painéis fotovoltaicos em 1.800 locais, incluindo casas, escolas e postos de saúde da reserva extrativista Verde Para Sempre, no Pará. A conta fica em torno de R\$ 14 por família (com possibilidade de desconto de tarifa social para famílias de baixa renda) para um consumo de 45kW/h — o suficiente para ter luz, ouvir rádio, carregar celular e computador, assistir à televisão e manter um refrigerador.

Antes da implantação das placas solares, cada família gastava pouco mais de R\$ 100 para comprar diesel suficiente para quatro horas diárias de energia elétrica.

"Antes, para conservar o peixe a gente colocava sal, mas isso dá hipertensão, né? Agora a gente pode pegar, armazenar, tomar uma água gelada. E só o fato de não ter que usar mais a lamparina, não precisar comprar mais combustível e não ouvir mais aquele barulho do gerador já é muito bom", diz Margarida Ribeiro da Silva, líder comunitária da reserva Verde Para Sempre.

A reserva fica na área afetada pela usina de Belo Monte. Margarida recorda que "passaram o linhão por cima da nossa cabeça, por dentro do nosso território para levar energia a outros lugares. E a gente ficou aqui a ver navios", diz.

Caetano Scanavino, coordenador do projeto Saúde e Alegria, testa modelos para geração autônoma de energia nas comunidades da Amazônia desde 1998. "A esperança é que os exemplos bem-sucedidos sejam replicados como política pública", diz.

A busca é compartilhada por organizações como o Instituto Socioambiental (ISA), que desde 2010 estuda a viabilidade de geração de energia eólica na terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde há o maior potencial eólico da Amazônia.

O projeto foi aprovado pelo programa federal Luz Para Todos, com previsão de abastecimento inicial para mil pessoas. Ele deve ser implementado pela distribuidora de energia do estado, a Companhia Energética de Roraima, marcando a primeira instalação de usina eólica em terra indígena na Amazônia.

O coordenador de políticas sociais do Luz Para Todos, Paulo Cerqueira, disse à Fo-

lha que os recursos já estão alocados, mas o governo ainda aguarda respostas da distribuidora sobre questões técnicas para então partir para a implementação.

Para Ciro Campos, assessor do ISA, as distribuidoras não têm capacidade técnica para atender às regiões remotas com energia renovável.

Outro gargalo apontado por ele é a falta de empresas qualificadas no setor de renováveis, que poderiam ser contratadas pelas concessionárias para atender às comunidades da Amazônia.

"O governo precisa sinalizar para o mercado com um plano de metas, assim o mercado se prepara para atender isso, investindo e capacitando pessoal", diz Campos.

Cerqueira reforça que as empresas concessionárias de energia são obrigadas a levar energia às regiões remotas. Nesta terça (26), ele pediu ao público do simpósio Energia e Comunidades, em Manaus, que as comunidades solicitem a ligação de energia.

"Ainda falta encontramos melhor o caminho para resolver. O diesel é o mais fácil, você só coloca o motor lá. Mas a gente não quer essa tecnologia. Então tem que encontrar alternativas. Esse é um garga-

lo. A distância e a dificuldade de acesso é outra", disse o secretário-adjunto de planejamento energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Hélio Neves Guerra, durante o simpósio.

Para Aurélio Souza, pesquisador do laboratório de sistemas fotovoltaicos da USP e consultor do ramo de energia renovável através da empresa Usinazul, o atendimento da Amazônia com energia solar ainda depende de apoio financeiro e político.

Ele aponta a falta de linhas específicas de financiamento por partes dos bancos públicos e a baixa disposição política para as mudanças tecnológicas. "Com subsídio do governo, o diesel virou uma moeda de troca por apoio político na Amazônia", aponta.

O diesel consumido pelos estados da Amazônia representa quase a totalidade do R\$5,4 bilhões anuais gastos pelo governo federal no atendimento de sistemas isolados, segundo dado do MME. O subsídio é pago da CCC (Conta Consumo de Combustíveis), encargo embutido na conta dos consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional.

A jornalista viajou a convite do Instituto Socioambiental (ISA)

Reduzir imposto de cigarro pode ser 'baita problema', diz ministro da Saúde

Daniel Carvalho e Natália Cancian

+ CIGARRO NO BRASIL

14,8% era a taxa de fumantes no país em 2011

10,1% era a taxa em 2017

Dados do Ministério da Saúde, porém, apontam aumento no consumo de cigarros entre jovens de 18 a 24 anos

R\$ 57 bi é o custo estimado por ano do tabagismo no Brasil, segundo estimativa do Inca

BRASÍLIA Questionado nesta quarta (27) sobre a criação por parte do ministro da Justiça, Sergio Moro, de um grupo de trabalho para avaliar a redução da impostos de cigarros fabricados no Brasil, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse que precisava estudar a portaria, mas afirmou que estava preocupado com possíveis impactos como um aumento no consumo.

"Pode aumentar consumo, sim, e ser um baita problema para a saúde básica. Pode ser uma coisa ruim. Por isso ninguém baixa uma portaria. Graças a Deus que me chamaram, e eu vou mandar o Ministério da Saúde e seus técnicos [para o grupo de trabalho]", disse.

A instituição do grupo de trabalho foi publicada na terça-feira (26) no Diário Oficial da União. Segundo o documento, a ideia é realizar estudos sobre a tributação atual e analisar propostas de mudanças com o objetivo de "diminuir o consumo de cigarros estrangeiros de baixa qualidade, o contrabando e os riscos à saúde dele recorrentes".

Após críticas de entidades e parlamentares, Moro disse na quarta (27) que, se a redução de imposto em análise aumentar o consumo de cigarro, a medida será descartada.

Em audiência pública na CCJ (comissão de Constituição e Justiça) do Senado, o ministro da Justiça disse que não há nenhuma posição tomada. Segundo Moro, quase metade do mercado brasileiro é dominado pelo cigarro paraguaio, de baixa qualidade.

"O controle de qualidade é inferior a um cigarro brasileiro. Existe um problema de saúde pública, então é preferível, sem elevação de consumo, que este mercado fosse preenchido pelo cigarro brasileiro submetido a maiores controles", afirmou.

O aumento progressivo de impostos sobre o cigarro, com a definição de preços mínimos para a venda, foi adotado no país entre 2011 e 2016. Desde então, especialistas na área da saúde apontam a política como um dos fatores que levaram à redução de fumantes no país.

Em 2011, a taxa de fumantes no Brasil era de 14,8%. Em 2017, passou a para 10,1%.

Atualmente, o preço mínimo para venda do maço de cigarros é de R\$ 5. A última mudança neste valor e nas alíquotas de IPI (imposto sobre produtos industrializados) para cigarros feita pela Receita Federal ocorreu em 2016.

Representantes da indústria, no entanto, têm pressionado para reaver os valores, sob o argumento de que a medida tem estimulado o contrabando de cigarros ilegais no Brasil. O anúncio da criação de um grupo de trabalho para analisar uma possível redução nos impostos sobre esses produtos, assim, indica um aceno do governo à demanda dos fabricantes.

A ACT Promoção da Saúde, ONG que atua na área de controle do tabaco e prevenção de doenças crônicas, diz "discordar firmemente" da proposta.

A organização citada dados do estudo Atlas do Tabaco, que mostram que o preço mínimo de cigarros hoje no Brasil ainda é baixo —equivalente e praticamente a metade do que é praticado em outros países.

A entidade lembra ainda que o aumento de impostos sobre o cigarro é uma das ações recomendadas na Convenção-quadro para o Controle do Tabaco, tratado assinado por 181 países e do qual o Brasil é signatário.



Curso de energia solar oferecido por ONG ensina como painéis funcionam Leticia Leite/ISA